

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE AS FÁBRICAS RECUPERADAS NO BRASIL: DA LUTA ÀS DIFICULDADES

SOME QUESTIONS ABOUT THE PLANTS RECOVERED IN BRAZIL: FROM THE FIGHT TO THE DIFFICULTIES

Raquel Duaibs¹

RESUMO

Com as crises econômicas ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, inúmeras cooperativas foram criadas com o objetivo de conservar postos de trabalho em uma conjuntura desfavorável para aqueles que buscavam uma ocupação. O presente artigo² discute os obstáculos enfrentados pelos trabalhadores que decidem formar uma cooperativa a partir da recuperação de uma fábrica em estado falimentar. Apesar de obterem o suporte necessário oferecido pelo sindicato e por alguma instituição de fomento cooperativo, enfrentam inúmeras adversidades e conflitos, inclusive no que tange à questão da representação sindical, situação que parece apresentar certa disfunção entre o discurso e a prática.

Palavras-chave: Representação sindical. Fábricas recuperadas. Cooperativas. Trabalhadores cooperados.

ABSTRACT

With the economic crisis originated in the 1980s and 1990s, many cooperatives were created in order to save jobs in an environment unfavorable for those seeking an occupation. This article³ discusses the obstacles faced by workers who decide to form a cooperative from the recovery of a plant in a state of bankruptcy. Despite obtaining the support necessary from the union and from cooperative development institutions, they face numerous adversities and conflicts, including the issue of union representation, a situation that seems to have some dysfunction between discourse and practice.

Keywords: Trade union representation. Recovered factories. Cooperatives. Cooperative workers.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil experimentou um importante período de desenvolvimento econômico e social entre os decênios de 1940 e 1970, mas inaugurou um período de severas crises econômicas que se estenderam ao longo das décadas de 1980 e 1990. Além do quadro de instabilidade e de retração da economia, o país promoveu políticas econômicas de tendência neoliberal. O conjunto de medidas adotadas pelo governo federal, aliado ao processo de reestruturação da produção industrial que começou a tomar fôlego no início dos anos 90, estimulou a concretização de importantes mudanças na estrutura das relações sociais e de trabalho ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000.

A introdução da reestruturação produtiva foi facilitada pela conjuntura desfavorável dos anos 80, a qual culminou na recessão econômica que tomou forma a partir de 1990 com o governo Collor (1990-1992). Nesse período, além de a taxa de

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas/SP – Brasil. E-mail: duaibs@gmail.com

² Este artigo é uma versão revisada e atualizada do trabalho apresentado no *IV Encontro Internacional “A Economia dos Trabalhadores” – Alternativas autogestionárias e o trabalho frente à crise econômica global*, realizado em João Pessoa/PB.

³ This article is a revised and updated version of the paper presented at the IV International Gathering “The workers' Economy” - Alternatives of self-management and labor vis-à-vis the global economic crisis, held in João Pessoa / PB.

juros permanecer elevada, a economia nacional sofreu transformações radicais com impactos negativos, como, por exemplo, a abertura comercial e a privatização de empresas estatais. Como consequência dessas políticas, o mercado de trabalho se tornou ainda mais desestruturado, acentuando a desestabilização econômica e social do país.

Dessa forma, um número expressivo de empresas, especialmente aquelas focadas na produção industrial, começou a sentir os efeitos da crise econômica inaugurada no início dos anos 80 e que percorreu os primeiros anos da década de 90, assim como as políticas econômicas nacionais e internacionais que impactavam diretamente na produção e nas relações de trabalho do país naquele período. A desregulamentação do mercado de trabalho por meio da reestruturação produtiva aliada a políticas neoliberais, altos índices de inflação e da taxa de juros, provocou a desestabilização administrativa e econômica de grande parte das empresas. Não tardou para que inúmeras delas se arrastassem por um período de crise financeira, culminando na maioria das vezes na falência e resultando em uma onda de demissões em massa sem precedentes.

Diante desse cenário, parte dos trabalhadores, sindicatos, ONGs, universidades e governos buscou alternativas ao desemprego. Uma das alternativas encontradas foi a recuperação de empresas em estado falimentar por meio de cooperativas organizadas pelos próprios trabalhadores. Entre as primeiras experiências de fábricas autogestionárias efetivadas no país, podemos citar os casos da Wallig Sul, da CBCA e da Remington. A Wallig Sul, fábrica de fogões e aquecedores de água localizada no Rio Grande do Sul, iniciou sua fase de falência em 1979. Após um longo processo judicial, parte dos funcionários da fábrica conseguiu em 1984 formar duas cooperativas com a massa falida da antiga empresa (HOLZMANN, 2001). O processo de falência da mineradora de carvão CBCA (Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá), situada em Santa Catarina, também começou na década de 1980 e, após longa batalha judicial e grandes manifestações que mobilizaram a população local, os trabalhadores mineiros conseguiram, em 1988, o direito de trabalhar na mina sob a administração da massa falida pelo sindicato. No entanto, os trabalhadores conseguiram plena autonomia para gerir o empreendimento apenas em 1997, quando compraram as ações da antiga empresa (Silva, 2005). A Remington, fabricante de máquinas de escrever localizada no Rio de Janeiro, iniciou seu período de crise financeira em 1986. Em 1988 pediu concordata e em agosto de 1990 passou a ser administrada pelos próprios trabalhadores, que adquiriram o patrimônio e assumiram as dívidas da empresa (FARIA 1997; ALBUQUERQUE, 2006).

Sem expectativas para o crescimento econômico, a redução do número de falências de empresas e a diminuição dos altos índices de desemprego, houve um súbito crescimento do movimento de recuperação de fábricas na década de 1990 por meio da criação de cooperativas em diversas regiões do Brasil. Como exemplo, mencionamos algumas experiências: a fábrica de calçados Makerli em Franca-SP (1991), a Cobertores Parahyba em São José dos Campos-SP (1994), a fábrica de plásticos Skillcoplast em Diadema-SP (1994), a usina Catende-Harmonia em Catende-PE (1995), as metalúrgicas Hidrophoenix em Votorantim-SP (1995), Uniforja em Diadema-SP (1998), Uniwidia em Mauá-SP (1999), Coopermetal em Criciúma-SC (1999), Uniferco em Diadema-SP (2003) e a fábrica de botões Cooperbotões em Curitiba-PR (2004).

Os sindicatos que acompanhavam essas fábricas durante o processo falimentar se destacaram por sua atuação junto aos trabalhadores e foram fundamentais para a concretização das cooperativas. A partir dessas experiências surgiu, em 1994, uma

importante instituição de fomento cooperativo, a Anteag.⁴ Organizada por trabalhadores, técnicos do Dieese⁵ e de alguns sindicatos, foi a primeira associação de articulação de cooperativas com participação do movimento de trabalhadores em sua criação. Com o suporte da Anteag, os sindicatos passaram a atuar com um papel mais determinante no apoio às fábricas recuperadas.

Diante desse cenário, temos por objetivo analisar a questão da representação sindical direcionada aos trabalhadores associados em cooperativas de produção, tendo como foco o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC,⁶ que nos anos 90 se destacou pelo seu envolvimento na promoção de empreendimentos autogestionários por meio da recuperação de fábricas na região da Grande São Paulo. Para atingir esse objetivo, o presente ensaio foi desenvolvido a partir da articulação dos dados e informações coletados por meio de entrevistas com lideranças sindicais e trabalhadores cooperados, assim como a partir de leitura bibliográfica e documental, focada nos temas que tangem o movimento cooperativo e que abordam a questão sindical. Direcionamos nossa busca a livros, teses, artigos e periódicos e debruçamo-nos sobre a revisão bibliográfica de temas como cooperativismo, autogestão, sindicalismo brasileiro, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, representação sindical e trabalho atípico. Além disso, realizamos um acompanhamento desses temas em jornais, revistas e web sites.

2. A RELAÇÃO ENTRE SINDICATOS E COOPERATIVAS

A opção por apoiar as práticas cooperativas não é um consenso entre os sindicatos no Brasil, especialmente entre as entidades ligadas à CUT.⁷ A princípio, algumas correntes cutistas foram contrárias à incorporação dos cooperados à base de seus sindicatos. Aos poucos, após algumas experiências bem sucedidas, as cooperativas e os princípios da economia solidária⁸ foram adquirindo espaço no interior desta Central. Mesmo com os avanços conquistados, esse tema ainda é bastante controverso entre as diversas correntes sindicais. Há aquelas favoráveis ao cooperativismo, como a *Articulação Sindical*, e também há aquelas que são contrárias, como a corrente *O Trabalho*. Os principais motivos para se oporem às políticas de economia solidária estão relacionados à tese de que o assalariado, ao se tornar cooperado, perde sua essência de trabalhador e se transforma em empresário, e também à ideia de que o cooperativismo é uma maneira legal de precarizar a mão de obra e sonegar os direitos trabalhistas dos assalariados.

Apesar do fato de algumas entidades aderirem à ideia do movimento cooperativo, Lima (2006) afirma que durante muito tempo os sindicatos ignoraram os

⁴ Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão.

⁵ O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é uma instituição que foi criada pelo movimento sindical em 1955, com a finalidade de produzir estudos que embasassem as reivindicações dos trabalhadores.

⁶ Para facilitar a leitura e a compreensão, no decorrer deste artigo poderemos nos referir ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC por meio da sigla SMABC ou apenas pelo uso da palavra 'Sindicato'.

⁷ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é a maior central sindical brasileira, fundada em agosto de 1983.

⁸ A discussão sobre o conceito de economia solidária possui grandes dimensões e diversos autores se dedicam a teorizar sobre o tema. Neste trabalho, definimos a economia solidária como sendo as iniciativas coletivas de atividades econômicas que transpassam a produção e a distribuição, baseadas na igualdade e na solidariedade. Para uma leitura mais aprofundada, cf. Singer e Souza (2000), Cruz (2006) e Pereira (2011).

trabalhadores cooperados. No início foram poucos os que apoiaram a causa, criando sérios embates e conflitos ideológicos entre as entidades contrárias e as favoráveis ao cooperativismo. De acordo com Parra (2003) uma parcela dos sindicatos não simpatiza com os ideais do cooperativismo devido às possibilidades de utilizá-lo como forma de precarizar a força de trabalho por meio de falsas cooperativas, que eliminam os direitos trabalhistas a fim de baratear a mão de obra e suprimem o caráter democrático do empreendimento. Nem mesmo a CUT, num primeiro momento, apoiava as empresas autogeridas por trabalhadores. Contudo, o sucesso de alguns empreendimentos, como a Makerli, que era auxiliada pelo Sindicato dos Sapateiros de Franca, fez com que a central sindical mudasse seu ponto de vista sobre o tema. Mas há casos em que o sindicato se posiciona absolutamente contrário ao apoio às cooperativas. Como exemplo, mencionamos a fábrica de vidros Firenze, que iniciou processo de falência em 1997. Diante da situação de encerramento das atividades da fábrica, os trabalhadores solicitaram o apoio do Sindicato dos Vidreiros de São Paulo para formar uma cooperativa. O sindicato, que não é favorável ao cooperativismo, negou o apoio. Não satisfeitos, os trabalhadores buscaram auxílio na Anteag e na OCB⁹ e conseguiram formar a Cotravic, cooperativa de vidros e cristais.

Todavia, há diversas pesquisas que apontam o empenho dos sindicatos e das organizações que articulam cooperativas ao apoiar os trabalhadores nas etapas de recuperação da fábrica. Pires (2011) afirma que organizações de fomento cooperativo como a Anteag e a Unisol Brasil¹⁰ são figuras presentes no cotidiano dos trabalhadores no processo inicial de organização e reestruturação, e oferecem suporte técnico, educacional na área de autogestão, bem como auxílio para a busca de financiamentos. Parra (2003) aponta a importância do papel de alguns sindicatos, em especial no Rio Grande do Sul e em São Paulo, ao apoiarem a formação de cooperativas autogestionárias como uma alternativa ao desemprego. O nosso foco se voltará para o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que compreende parte das cidades que integram a região metropolitana de São Paulo.¹¹ As pesquisas de Parra (*ibidem*) e Oda (2001; 2007) identificam que em 1996 o SMABC começou a discutir, em seu II Congresso, a viabilidade de apoiar empresas autogeridas por trabalhadores.

A experiência deste Sindicato com o movimento cooperativo começou em 1995 a partir do processo de falência da empresa Conforja. Após articular algumas cooperativas oriundas do processo falimentar de empresas do setor industrial, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, junto a outras entidades sindicais filiadas à CUT, como o Sindicato dos Químicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba,

⁹ A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é uma instituição de fomento cooperativo fundada em 1969. Apesar de ser pioneira, sempre esteve focada nas cooperativas agrícolas e de serviços, tendo expandido seu leque de atuação recentemente. Sua linha de ação é identificada com o cooperativismo tradicional e conservador, e suas diretrizes são orientadas ao mercado e ao capital. Diferentemente da Anteag e da Unisol, não compartilha dos ideais propostos pela economia solidária. Ainda assim, existem fábricas recuperadas que estão vinculadas a ela, como a Cotravic (São Paulo/SP) e a Cootrans (Diadema/SP).

¹⁰ Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários.

¹¹ Em 1993, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André decidiram se unir, constituindo a partir deste ano o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A unificação se estendeu até o ano de 2007, quando houve uma cisão que resultou em dois sindicatos: o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (atualmente filiado à Força Sindical), responsável pela área territorial de Santo André e Mauá, e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (filiação à CUT), responsável pelos municípios de São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

fundou no ano 2000 a Unisol São Paulo, uma das principais instituições de fomento cooperativo do país. Com o apoio da CUT e da ADS,¹² em 2004 a Unisol São Paulo ampliou sua rede de atuação com expectativas de abrangência nacional e tornou-se Unisol Brasil.

3. OS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PELOS COOPERADOS E O APOIO DO SINDICATO

A primeira experiência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC com o cooperativismo ocorreu por meio do processo de recuperação da Metalúrgica Conforja, empresa que estava em situação de falência no início dos anos 1990. Em 1995, com o auxílio do SMABC, a direção da Conforja realizou um acordo com seus funcionários para transformar a empresa – que até então se configurava como um negócio familiar – em regime de cogestão dos trabalhadores (ODA, 2007). A ideia era renovar a administração, de forma que não apenas a direção, mas também os funcionários pudessem opinar e tomar decisões conjuntamente para a recuperação da empresa. Este acordo foi firmado com a Assecon – Associação dos Empregados da Conforja – e com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que no início obteve também o auxílio da Anteag. Todavia, a ideia da cogestão durou um curto período, pois não alcançou o resultado esperado – em muitos momentos não havia um consenso entre as decisões de ambas as partes – e, por fim, ela não conseguiu se reerguer.

A partir dessa experiência, os funcionários do setor de tratamento térmico decidiram montar uma cooperativa, a Coopertratt – Cooperativa Industrial dos Trabalhadores em Tratamento Térmico e Transformação de Metais (Oda, 2001). Fundada em 1998, foi viabilizada por um acordo de arrendamento de parte do espaço e do maquinário da empresa. A Coopertratt foi a primeira cooperativa que o SMABC ajudou a conceber e, com o seu sucesso, estimulou a criação de outras três cooperativas formadas por trabalhadores de outros setores da Conforja, que originou o complexo cooperativo denominado Uniforja.

Enquanto vivenciava essa primeira experiência com a Conforja, o Sindicato discutiu e aprovou em seu II Congresso, realizado em 1996, a ideia de apoiar outros empreendimentos cooperativos que possibilitassem a geração e a manutenção de empregos, combatendo dessa maneira, o desemprego na região. Para adequar o regimento do Sindicato a essa nova proposta, optou-se ainda pela alteração do estatuto sindical, com o objetivo de que os trabalhadores cooperados de metalúrgicas do ABC também fossem admitidos como sócios do Sindicato. Com esta decisão, os cooperados adquiriram o direito de, assim como os trabalhadores assalariados, participarem das atividades sindicais e elegerem-se como diretores do Sindicato.

Com os resultados positivos conquistados por algumas cooperativas, o SMABC passou a despender mais energia e a estimular com maior vigor as propostas de criação de novos empreendimentos. Diversas fábricas em situação de falência foram assumidas pelos trabalhadores e, no ano de 1999, a região do ABC Paulista já possuía cerca de dez cooperativas de produção articuladas e auxiliadas pelo Sindicato. Contudo, a falência de alguns desses empreendimentos a partir de meados dos anos 2000, o crescimento da

¹² Agência de Desenvolvimento Solidário, vinculada à CUT. Foi criada em 1999 e teve o apoio de entidades da sociedade civil como o DIEESE, a Fase e a Rede Unitrabalho. Tem por objetivo principal promover a economia solidária.

oferta de empregos formais, o aquecimento da economia e a nova Lei de falências¹³ contribuíram para que o número de cooperativas diminuísse na região. Até meados de 2013, apenas quatro empreendimentos estavam vinculados ao Sindicato.

De acordo com dirigentes do SMABC, o incentivo ao cooperativismo surgiu como uma resposta ao período de grandes crises econômicas e falências que ocorreram no país durante a década de 1990. Mas após observar os primeiros resultados de êxito, o Sindicato constatou que o cooperativismo é uma alternativa viável ao assalariamento independente da conjuntura econômica e decidiu oferecer a possibilidade da criação de um empreendimento cooperativo aos trabalhadores empregados em empresas cuja condição seja de processo falimentar.¹⁴

Como pode ser observado nas pesquisas de Oda (2001), Parra (2003), Esteves (2004; 2010), Cruz (2006), Juvenal (2006), Duaibs (2009) e Pereira (2011), é comum que os sindicatos favoráveis ao cooperativismo comecem a apoiar os trabalhadores no período em que a fábrica revela seu estado falimentar, momento em que os salários começam a atrasar e descobre-se a inadimplência com os direitos trabalhistas. Quando essa condição vem à tona, geralmente há um longo período de mobilizações e negociações, até que a falência seja decretada pela empresa ou pela justiça. Há casos em que o próprio sindicato solicita judicialmente a falência da empresa, dada a inviabilidade de continuar funcionando sem realizar o devido pagamento dos salários atrasados de seus funcionários.

É nessa etapa que os trabalhadores se mobilizam para encontrar uma alternativa ao desemprego e em alguns casos decidem recuperar a fábrica por meio da formação de uma cooperativa. Na maioria das vezes, as possibilidades do cooperativismo são apresentadas pelo sindicato e, dessa forma, ele inicia um trabalho conjunto com os trabalhadores e alguma instituição de fomento cooperativo, em geral a Unisol Brasil ou a Anteag. Mesmo com o apoio do sindicato, os trabalhadores possuem dois problemas bastante complexos para resolver simultaneamente: a luta judicial para reaver os salários e direitos trabalhistas não pagos pela empresa e a manutenção dos postos de trabalho, cuja solução possível seria a criação de uma cooperativa.

Normalmente, os sindicatos oferecem um suporte para que os trabalhadores continuem lutando por seus interesses: alimentação e cesta básica para aqueles que permanecem por muitos meses em situação de greve; orientação para formar a cooperativa; cursos sobre cooperativismo, economia solidária e autogestão em parceria com alguma instituição de fomento cooperativo e, também, suporte jurídico para orientar tanto no processo de falência da antiga empresa, quanto nas etapas iniciais de criação do novo empreendimento. Em algumas situações, o sindicato se torna fiador do prédio onde está instalada a cooperativa, como é o caso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e do Sindicato dos Metalúrgicos de Salto (DUAIBS, 2009; PEREIRA, 2011). De uma forma geral, quando o sindicato apóia a autogestão, ele se empenha para que os trabalhadores consigam sair da crise financeira e mantenham ativos seus postos de

¹³ A Lei nº 11.101 sancionada em 09/02/2005 consiste basicamente na eliminação do recurso de concordata, cedendo lugar à recuperação judicial e extrajudicial de empresas em situação falimentar. Desse modo, concede uma nova chance ao empresário para que apresente um plano de recuperação, ao invés de declarar falência e encerrar suas atividades.

¹⁴ Ainda que em princípio algumas cooperativas obtivessem êxito, essa não foi a tendência geral (mesmo com todo o suporte que o SMABC e a Unisol oferecem), pois uma parcela considerável desses empreendimentos solidários não conseguiu se estabelecer no mercado nacional. O sucesso ou o malogro dessas instituições dependem de uma série de variáveis, incluindo as dificuldades que os trabalhadores possuem na gestão e a acirrada concorrência com o mercado chinês.

trabalho.

O processo de formação da cooperativa costuma ser demorado, desgastante, burocrático e na maioria dos casos envolve ações judiciais. A situação dos trabalhadores quase sempre é crítica, considerando que o atraso ou a sonegação de salários e benefícios trabalhistas, assim como o desemprego, não permitem que eles tenham uma condição financeira favorável no momento de abertura da cooperativa. Em muitos casos, o arrendamento do terreno, dos equipamentos e do maquinário da antiga empresa é negociado com o objetivo de liquidar os débitos trabalhistas. Quando começam a trabalhar no novo empreendimento, nem sempre conseguem obter rendimentos nos primeiros meses, tendo em vista que necessitam de capital de giro para que o empreendimento possa funcionar. Dessa maneira, o fator econômico se torna um dos principais obstáculos para iniciar a recuperação de uma fábrica.

Na maior parte dos casos, os trabalhadores que optam por participar da recuperação de uma fábrica possuem baixa escolaridade. Aqueles que possuem alta escolaridade e/ou qualificação e conseguem uma rápida reinserção no mercado de trabalho, comumente preferem continuar inseridos no assalariamento. Com a inauguração da cooperativa, os trabalhadores, que em sua maioria sempre tiveram como rotina laboral o chão de fábrica, passam a conduzir atividades que nunca tiveram conhecimento e na maioria das vezes não possuem qualificação para executá-las. Como exemplo, podemos citar a administração e as rotinas financeiras do empreendimento. Ainda que participem de cursos e se qualifiquem para atuar nessas funções, sempre surgem dificuldades em situações inesperadas que podem ser decisivas. A prática é fundamental nesse processo, visto que o empreendimento estará competindo no mercado aberto, com empresas experientes e em muitos casos multinacionais.

Geralmente o mercado não tem uma postura muito amigável com as cooperativas. Além de não serem popularizadas no Brasil, sempre há desconfiança com uma empresa que é administrada por trabalhadores. Consequentemente, os cooperados necessitam despende muito mais energia para conquistar fornecedores e clientes. Em alguns casos os trabalhadores precisam negociar com os fornecedores de matéria-prima sem dispor de capital de giro, fator que contribui para que a situação seja ainda mais complexa. Em suma, há um problema generalizado de credibilidade com os empreendimentos cooperativos, de modo que clientes, fornecedores e bancos evitam negociar com essas empresas.

Muitas vezes a infraestrutura da cooperativa não é apropriada para produzir e competir no mercado. Com o arrendamento do maquinário da antiga empresa, é comum que as fábricas recuperadas possuam máquinas defasadas e tecnologia inferior a que existe em suas concorrentes. Isso porque as empresas em vias de falência não investem em tecnologia (em alguns casos, estão em situação de falência justamente porque não investiram em tecnologia) e, como as máquinas e equipamentos de produção foram adquiridos por meio de negociação com os direitos trabalhistas que estavam em débito, a produção é realizada com instrumentos obsoletos. Há situações em que a produção é improvisada sem as condições necessárias e os cooperados precisam aplicar um esforço maior no processo de trabalho por não disporem de uma infraestrutura adequada. Além disso, se tornam trabalhadores polivalentes, desempenhando diversas funções de acordo com a necessidade do empreendimento.

Os clientes, por sua vez, são outro ponto chave nos pilares da cooperativa. Não é raro que alguns empreendimentos sejam inaugurados sem a existência de uma carteira de clientes. Todo o começo para uma empresa que se insere no mercado é mais árduo se

comparado àquelas que possuem anos de experiência e estão consolidadas. Mas quando há um histórico de falência, as dificuldades são ainda maiores devido ao descrédito que a antiga empresa sofreu no mercado durante o processo de bancarrota. Soma-se a isso o fato de ser uma fábrica recuperada por trabalhadores que não possuem perícia e tradição na gestão empresarial. Esse conjunto de elementos colabora para que o processo de inserção da cooperativa no mercado seja ainda mais trabalhoso.

Cientes das dificuldades no processo inicial de abertura do empreendimento, o SMABC e a Unisol oferecem em uma ação conjunta o suporte necessário para que os trabalhadores enfrentem esses óbices e a cooperativa se materialize. Diante da falência da empresa e da iminente situação de desemprego, o primeiro passo é apresentar os conceitos de recuperação da fábrica e dos princípios da economia solidária. Contudo, nem todos os trabalhadores simpatizam com a possibilidade de trabalhar em uma cooperativa. Há casos também de empreendimentos que nunca saíram do papel, apesar do grande esforço empreendido pelo Sindicato, pela Unisol e pelos trabalhadores. Essa situação foi vivenciada pelos trabalhadores da Fris-Moldu-Car, metalúrgica localizada em São Bernardo do Campo/SP, que começou a dar os primeiros sinais de falência em 2005. Após os constantes atrasos de salários e a descoberta da inadimplência com os direitos trabalhistas, que revelou uma profunda conjuntura de crise no interior da empresa, seus trabalhadores tentaram formar uma cooperativa com a ajuda do Sindicato. Contudo, apesar de todo o esforço realizado, não foi possível criar o empreendimento, pois, amparado pela Lei de falências, o juiz concedeu uma segunda oportunidade ao empresário para que pudesse recuperar a empresa. Como resultado desse processo desgastante, os trabalhadores solicitaram rescisão indireta do contrato de trabalho e a maioria permaneceu desempregada por algum tempo.¹⁵

Quando o grupo de interessados em compor a cooperativa é formado, o Sindicato os encaminha para a Unisol a fim de que recebam informações, apoio técnico e jurídico, e que tenham acesso a cursos que apresentem os ideais do cooperativismo a fim de preparar os trabalhadores para gerir o empreendimento. Além dos cursos que abordam temas referentes à economia solidária, a Unisol também oferece treinamentos sobre a estrutura interna e a administração da cooperativa, como planejamento, gerenciamento, comercialização e controle de qualidade. O trabalho do Sindicato e da Unisol na orientação dos trabalhadores sobre os assuntos concernentes a autogestão são distintos, mas complementam-se entre si. A atividade da Unisol está inteiramente focada na representação dos interesses da cooperativa, enquanto que o Sindicato tem por objetivo representar os interesses dos trabalhadores, sendo eles cooperados ou assalariados.

Atualmente, diversas instituições se dedicam à temática da economia solidária e oferecem suporte para as empresas recuperadas e as cooperativas de um modo geral. Além dos sindicatos envolvidos com o cooperativismo e das instituições articuladoras como a ADS, Anteag e a Unisol, há ainda as ITCPs¹⁶ e a rede Unitrabalho¹⁷ que estão instaladas em diversas universidades do país. Essas instituições realizam estudos sobre

¹⁵ Para mais informações sobre o caso da Fris-Moldu-Car, cf. Duaibs (2009).

¹⁶ As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares surgiram a partir de meados dos anos 90 e se configuraram como um programa de extensão universitária que visa incubar e assistir cooperativas populares.

¹⁷ A Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho) é uma fundação criada em 1996 com o objetivo de promover estudos e conhecimentos sobre a temática do trabalho e de assuntos correlatos.

economia solidária, promovem, incubam e acompanham o desenvolvimento dos empreendimentos. São organismos fundamentais para fomentar as cooperativas e mantê-las funcionando.

4. OS CONFLITOS INERENTES À RELAÇÃO ENTRE O SMABC E AS COOPERATIVAS

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC segue a postura de não fazer distinção entre os trabalhadores cooperados e os assalariados. Em seu discurso, reconhece que o cooperado se torna um trabalhador com condições e necessidades diferentes, pois passa a deter os próprios meios de produção e em muitos casos até contrata assalariados para trabalhar na cooperativa. Entretanto, para o Sindicato a associação a uma cooperativa não revoga a condição de trabalhador: assalariados e cooperados são todos metalúrgicos. Para incorporá-los, o Sindicato alterou seu estatuto e aplicou a mesma rotina dos assalariados aos cooperados, pois estes também pagam mensalidades, elegem-se como diretores do Sindicato, debatem os assuntos da categoria e apresentam suas próprias demandas. Deste modo, os dirigentes do SMABC afirmam que a representação sindical dos trabalhadores cooperados ocorre cotidianamente.

As ações e medidas empenhadas pelos sindicatos têm grande significado e importância na reconstrução da vida laboral dos trabalhadores envolvidos com a recuperação de fábricas. No caso do SMABC, os cooperados reconhecem que o esforço empreendido pelo Sindicato, especialmente nas questões jurídicas, foi fundamental para que os problemas trabalhistas decorrentes da falência da empresa na qual eram assalariados fossem resolvidos. Reconhecem também que a ajuda oferecida pelo Sindicato foi extremamente importante para concretizar o empreendimento. Todavia, após o período inicial de adaptação, as cooperativas se tornam mais autônomas e necessitam cada vez menos do auxílio do sindicato. Gradualmente, os cooperados se distanciam de sua entidade de classe e passam a ter um diálogo mais próximo com as instituições de fomento cooperativo.

Os associados de uma cooperativa são, simultaneamente, trabalhadores e empreendedores. Mas uma vez que iniciam as atividades do empreendimento e consolidam sua rotina de trabalho, os cooperados geralmente perdem sua identidade de trabalhador e incorporam uma nova identidade, a de empreendedor. É previsível que em algum momento ocorra certa oposição de interesses, pois enquanto o cooperado – que já começa a incorporar o discurso patronal – está pensando na sobrevivência da cooperativa ou no crescimento dela, o sindicato procura agir em favor dos direitos dos trabalhadores. Mas, em alguns casos, como observam Duaihs (2009) e Pereira (2011), eles não se reconhecem mais como trabalhadores e afirmam sua condição de empreendedores, chegando ao ponto de se posicionarem contra a filiação sindical. De acordo com Goulart (2003), isso ocorre devido ao fato desses trabalhadores terem o acesso ao controle das finanças da fábrica e, desse modo, não necessitarem mais do sindicato para obter aumento salarial. Como eles não vêem mais utilidade na representação sindical, já que deixa de depender do dissídio coletivo da categoria, a tendência natural é de que se desliguem ou se abstenham de participar das atividades sindicais. A questão da identidade é um dos principais conflitos que ocorrem na relação entre o Sindicato e os cooperados.

Esse conflito, que pode ser observado como um confronto de interesses, também

ocorre devido a um processo paradoxal no qual as cooperativas tendem a se descaracterizarem como empresas solidárias, uma vez que para sobreviverem têm que se tornar competitivas no mercado local/nacional. Para que consigam competir com as demais e possam crescer, precisam tomar algumas medidas comuns às demais empresas, como a redução de custos e a intensificação da utilização da força de trabalho, por exemplo. Isso se torna ainda mais evidente quando as cooperativas começam a caminhar sozinhas e já não necessitam tanto do auxílio e acompanhamento da Unisol e do Sindicato.

Apesar de os cooperados entrevistados¹⁸ concordarem que devem participar das atividades sindicais, eles crêem que não há possibilidade de um sindicato representá-los. Julgam que é um órgão de representação dos trabalhadores assalariados e que representá-los ocasionaria em mais um conflito, já que ao mesmo tempo em que o cooperado é um trabalhador, é também um empreendedor. Ainda que o SMABC afirme que representa os trabalhadores cooperados, é possível que eles não tenham essa mesma compreensão, pois acreditam que o sindicato tem o seu foco nos trabalhadores com registro em carteira. Mesmo com todo o empenho do Sindicato no período de formação da cooperativa, os cooperados entendem que seu representante é a Unisol.

Talvez essa questão divergente entre os trabalhadores associados ocorra pelo fato de os sindicatos ainda não terem se posicionado claramente sobre o tema, de forma a adotar uma postura que esclareça e resolva a situação. Afinal, se o sindicato oferece ajuda para que os trabalhadores ergam um empreendimento, é provável que ele vise à permanência desse grupo em sua base sindical. Segundo Pereira (2011), se os trabalhadores não conseguem se posicionar diante da viabilidade da representação sindical para os cooperados é porque essa questão ainda não foi equacionada entre os dirigentes sindicais e também no interior do próprio sindicato. A autora identificou que em alguns casos, os cooperados percebem o apoio da instituição de fomento cooperativo bem mais importante do que o próprio apoio do sindicato. Ao que tudo indica os sindicatos ainda não conseguiram tornar compreensível que atualmente suas estratégias de luta e representação se estendem para além dos trabalhadores assalariados.

Outro elemento que pode comprometer a relação entre o sindicato e os cooperados é evidenciado por Tauile *et al.* (2005), que argumenta sobre a possibilidade de ocorrer a ruptura do apoio e assessoria do sindicato logo após o primeiro ano de atividade da cooperativa, fator que interfere negativamente na viabilidade dos empreendimentos. Isso se torna um problema quando o sindicato vende a ideia da autogestão para os trabalhadores, mas logo os abandona, deixando-os sem informações, suporte técnico e recursos para continuar as atividades na fábrica. Deste modo, pode-se afirmar que a permanência do acompanhamento do sindicato no cotidiano desses empreendimentos é indispensável.

A discussão sobre a possibilidade dos associados de um empreendimento continuarem ou deixarem de ser trabalhadores é longa e intensa. Parte significativa dos sindicatos compreende que trabalhador é aquele respaldado pela CLT. Há sindicatos que percebem os cooperados como trabalhadores precarizados, sem qualquer tipo de vínculo ou benefício trabalhista e há aqueles que afirmam categoricamente que cooperado é “patrão” e, portanto, não pode ser tratado como trabalhador. Com essa postura, esses sindicatos deixam de olhar para uma parcela de trabalhadores que, certamente, carecem

¹⁸ As entrevistas ocorreram entre 2008 e 2009 com líderes sindicais do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e com trabalhadores associados a uma cooperativa da base deste sindicato.

de sua atenção, inclusive, para que não se situem à mercê da terceirização e da precarização ou para que não se transformem realmente em “patrões” e percam os princípios da economia solidária. Por outro lado, os sindicatos que defendem o cooperativismo, poderiam realmente incorporar essa temática à sua causa, não apenas na teoria, mas na prática cotidiana também, a ponto de se fazer presente na rotina de trabalho dos cooperados, expressando sua importância para a caminhada em direção a relações de trabalho mais dignas, justas, igualitárias e democráticas, tal como invocam os princípios da economia solidária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos 80 e, com maior intensidade na década de 1990, alguns sindicatos que tradicionalmente tinham seu foco nos trabalhadores assalariados começaram a apoiar a formação de cooperativas de produção. O cooperativismo foi uma solução encontrada por essas instituições para amenizar os efeitos da crise e da reestruturação produtiva que abalavam o país na época, e que resultaram em diversas empresas falidas e inúmeros empregos suprimidos. Alguns empreendimentos cooperativos obtiveram êxito no mercado, outros não conseguiram sobreviver por muito tempo e há casos que nem chegaram a sair do papel. Com o passar da crise da década de 90, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC percebeu que o cooperativismo é uma opção válida não apenas para os momentos de crise, mas que poderia também ser uma alternativa concreta para os trabalhadores manterem seus postos de trabalho. Dessa maneira, decidiu investir em políticas próprias para o cooperativismo e criou, junto com outros sindicatos, uma instituição de fomento cooperativo, a Unisol.

A princípio, foram poucos os sindicatos que aceitaram a proposta da recuperação de fábricas e passaram a estimular a formação de cooperativas. A prática de apoiar os empreendimentos solidários foi sendo aceita gradativamente pelos sindicatos e pela CUT e, nos dias de hoje, ainda não há um consenso sobre as cooperativas dentro do movimento sindical. A Força Sindical, por exemplo, não simpatiza com a ideia do cooperativismo e da economia solidária. Alguns sindicatos cutistas que possuem uma visão contrária às cooperativas, defendem que o cooperado deixa de ser trabalhador e adota a postura de empresário. Esse pensamento pode ser observado também entre alguns cooperados, que creem na existência de conflitos caso sejam representados pelo sindicato, pois mediante a essa visão, a partir do momento que eles se tornam empreendedores, deixam de ser trabalhadores.

Desse modo, sobressaem-se certos conflitos no que concerne à questão da representação sindical direcionada aos trabalhadores cooperados. No geral, as cooperativas de produção industrial são incentivadas e apoiadas por alguma instituição, em especial pelo sindicato ao qual os trabalhadores eram filiados quando estavam na condição de assalariados. Não apenas a literatura, mas também as pesquisas de campo que temos desenvolvido nos últimos anos, apontam que o auxílio dos sindicatos é fundamental para que as cooperativas de produção consigam se estabelecer. Entretanto, conforme os associados vão adquirindo certa autonomia no processo de administração da cooperativa, a tendência natural é de que se afastem do sindicato.

Identificamos esse processo de afastamento em alguns trabalhadores associados que são filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Enquanto o Sindicato declarava em seu discurso que os cooperados são tão representados por ele quanto os assalariados, os trabalhadores cooperados que foram entrevistados afirmavam que no momento da

formação da cooperativa o Sindicato foi muito importante, mas que agora ele já não ajuda muito, pois deixaram de ser trabalhadores assalariados e passaram a ser empreendedores e, na visão desses cooperados, o sindicato é uma instituição para trabalhadores assalariados (DUAIBS, 2009).

Em algumas situações ocorrem certos conflitos de identidade, já que na condição de cooperados, estes se consideram empreendedores e não mais trabalhadores. Por mais que haja o entendimento no SMABC de que os cooperados são trabalhadores assim como os assalariados, estes cooperados não conseguem se reconhecer mais como trabalhadores e, em alguns momentos, acreditam que a intervenção do sindicato pode de alguma forma atrapalhar o andamento da cooperativa. Dessa maneira, é possível que as cooperativas percam suas características de instituições coletivas e solidárias, podendo ser influenciadas inclusive pela concorrência, que obriga as empresas que querem se manter no mercado a viver sob um ritmo de intensa competição com as demais. Essa descaracterização do empreendimento solidário dá margem para algumas contradições, inclusive para a exploração do trabalhador pelo próprio trabalhador. Esse é um problema que ainda não foi seriamente abordado pelos sindicatos.

Entre os sindicatos que apoiam as cooperativas, a visão sobre a questão da viabilidade dos empreendimentos ainda é um pouco limitada, tendo em vista que essas instituições (como ocorre no SMABC) defendem o combate aos empreendimentos que não atendem às especificações da economia solidária, ao invés de se interessarem por sua regularização. Entendemos que se um sindicato abre suas portas para aceitar trabalhadores cooperados em seu estatuto, como qualquer outro trabalhador sindicalizado, poderia haver políticas para amparar os cooperados imersos no trabalho desregulamentado e precarizado, da mesma forma como o sindicato luta contra a precarização do trabalho nas empresas onde existem assalariados sindicalizados. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, este acredita ser impossível transformar as falsas cooperativas em cooperativas “legítimas” – que atendem aos princípios da economia solidária – devido à própria natureza desses empreendimentos, que são criados com a finalidade de precarizar a mão-de-obra.

Por fim, vale observar que conforme a economia e o mercado brasileiro foram expandindo e a taxa de desemprego foi diminuindo gradativamente, o tema do cooperativismo foi perdendo espaço nas políticas dos sindicatos e do governo federal. Com a economia fortalecida, raramente surgem novas cooperativas de produção provenientes da falência de alguma empresa. Um fenômeno que temos percebido em nossos estudos é que a formação de cooperativas ocorre em maiores proporções quando a economia nacional está em situação de crise e o mercado interno não consegue absorver toda a força de trabalho do país. Quanto mais fortalecida a economia, menor é o índice de desemprego e, com esse fato, as chances de criação de uma nova cooperativa são severamente reduzidas. Sendo assim, consideramos que o surgimento de cooperativas (sejam elas oriundas de empresas em situação de falência ou não) não tem o objetivo revolucionário de ser uma alternativa ao sistema capitalista, mas apenas uma forma de sobrevivência e adaptação quando esse sistema está em crise.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Alexander Noronha de. Memória metalúrgica: controle e identidade operária na Remington. In: **Anais do XII Encontro Regional de História da**

Anpuh/Rio de Janeiro. Niterói: Anpuh, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1981.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: Ainda há lugar para os sindicatos?**. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRESCIANI, Luís Paulo. Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade. In: LEITE, Marcia de Paula. **O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1997.

BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMARGO, Zeíra Mara. **O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e as ações regionais na década de 90**. Dissertação de mestrado. São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2003.

COMIN, Alvaro Augusto; CARDOSO, Adalberto Moreira; CAMPOS, A. G. As bases sociais do sindicalismo metalúrgico. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro. (Orgs.). **De JK a FHC, a reinvenção dos carros**. São Paulo: Scritta, 1997.

CONCEIÇÃO, Jefferson José. **As fábricas do ABC no olho do furacão: A indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90**. Dissertação de Mestrado. São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2001.

_____. A indústria de autopeças do ABC sob o turbilhão micro e macroeconômico da década de 1990. In: RODRIGUES, Iran Jácome; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Quando o apito da fábrica silencia: sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na região do ABC**. São Bernardo do Campo: MP editora, 2008.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

DUAIBS, Raquel. **Movimento Sindical e Fábricas Cooperativas: experiências no ABC Paulista**. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009.

ESTEVEZ, Egeu Gomez. **Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Autogestão e Identidade:** a experiência dos trabalhadores da Metalcoop. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

FARIA, Maurício Sardá de. **"Se a coisa é por aí, que autogestão é essa?"** A experiência "autogestionária" dos trabalhadores da Markerli Calçados. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

GIL, Vilma Dias Bernardes. As novas relações trabalhistas e o trabalho cooperado. São Paulo: Editora Ltda, 2002.

GOULART, Serge. O Controle Operário e a questão da Estatização. 2003. Disp. em <http://www.fabricasocupadas.org.br/cmo/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=45&tmpl=component&format=raw&Itemid=27>. Acesso em 13/08/13.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão – gestão cooperativa e dilemas da democracia.** São Carlos: EdUFSCar, 2001.

JUVENAL, Thais Linhares. **Empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão:** reflexões à luz do caso brasileiro. Revista do BNDES: Rio De Janeiro, v. 13, n. 26, p. 115-138, dez. 2006.

LEITE, Marcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação:** mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho, precarização e sindicalismo: os trabalhadores e as cooperativas de trabalho. In: **Estudos de Sociologia** n°. 21/ Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. : Araraquara: Laboratório Editorial UNESP/FCLAR, 2006.

MANETTI, Dione. Recuperação de empresas pelos trabalhadores em autogestão. In: Mercado de trabalho – conjuntura e análise, **Boletim IPEA**, n° 28, p. 9-12, set. 2005.

ODA, Nilson Tadashi. **Gestão e trabalho em cooperativas de produção:** dilemas e alternativas à participação. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

_____. O ABC do cooperativismo e da economia solidária. In: RODRIGUES, Iran Jácome; RAMALHO, José Ricardo. (Orgs.). **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos:** comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense. São Paulo: Annablume, 2007.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. Sindicalismo e Cooperativismo: entre a criação e a destruição. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. **Uma outra economia é possível:** Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

PEREIRA, Maria Cecília Camargo. **Relações complexas: sindicalismo e autogestão em debate.** Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

PIRES, Aline Suelen. As fábricas recuperadas no Brasil: a autogestão entre a teoria e a prática. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS).** Curitiba: SBS, 2011.

SILVA, Everaldo da. **A atuação do movimento sindical frente ao processo de**

falência. Os casos dos Sindicatos dos Mineiros/Criciúma e Trabalhadores Têxteis/Blumenau. Dissertação de Mestrado. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2005.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

TAUILE, José Ricardo. [et al.]. **Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: relatório final.** Brasília: MTE/IPEA/ANPEC/SENAES, 2005.

VERAGO, Josiane Lombardi. *Trajetórias de trabalhadores de fábricas ocupadas e geridas na perspectiva do “controle operário”: Brasil e Argentina.* In: **Anais do evento “Histórias do Trabalho no Sul Global”**, I Seminário Internacional de História do Trabalho - V Jornada Nacional de História do Trabalho Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

VIEITEZ, Candido Giraldez (org). **A empresa sem patrão.** Marília: Unesp, 1997.

_____ ; DAL RI, Neusa Maria. Criação da empresa de autogestão Hidrophoenix. *Revista ORG & DEMO*, n.3, p.91-98, 2002.

_____ ; _____. O controle dos trabalhadores na Cipla – Indústria de Plásticos. *Revista ORG & DEMO*, v.8, n.1/2, p. 173-186, 2007.

Recebido em julho de 2012

Aprovado em dezembro de 2013